

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de segundo grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo, Cortez, 1988. 166p.

O livro "Ensino de 2º Grau: o Trabalho como Princípio Educativo", de Acácia Kuenzer, é resultado de uma pesquisa financiada pelo INEP, que teve a colaboração de Lei/a de Alvarenga Mafra, como coordenadora do projeto inicial.

A autora faz uma abordagem do processo de relação entre educação e trabalho como princípio educativo, tomando por base os ensinamentos de Gramsci, Marx, Engels, Manacorda, Lukács e outros, indicados na bibliografia.

O trabalho está dividido em quatro momentos, englobando estudos, análise e reflexão crítica sobre o relacionamento educação/trabalho, especificamente no ensino de segundo grau.

No primeiro momento, Kuenzer procura dar uma resposta ao questionamento: **por que investigar a relação entre educação e trabalho no Brasil?** Neste aspecto, foi dada uma ampla visão histórica da educação brasileira, sobretudo enfatizando que nas duas últimas décadas educadores brasileiros comprometidos com a elaboração de uma proposta de democratização da educação têm desenvolvido estudos e pesquisas sobre as questões decorrentes da relação entre educação e trabalho.

Para Kuenzer, "tornar claras estas questões é uma tarefa necessária e inadiável, posto que, historicamente, as propostas de articulação entre educação e trabalho no Brasil têm oscilado entre o academicismo superficial e a profissionalização estreita".

Para esta tarefa de esclarecimento está voltado todo o seu trabalho de estudo, pesquisa e análise. Assim, Acácia Kuenzer procura evidenciar, já nesta primeira parte, que a relação educação/trabalho es-

tá logicamente baseada no modo de produção capitalista, na medida em que, rompendo a unidade entre **teoria e prática**, prepara os homens para atuarem em posições diferenciadas no sistema produtivo. Como decorrência natural deste princípio, o sistema de educação brasileira foi modelado.

Para exemplificar esta trajetória no sistema educacional, a autora mostra que, a partir de 1909, foram criadas no Brasil as primeiras escolas de aprendizes artífices, cujo surgimento não pode ser apontado como decorrência das necessidades da mão-de-obra qualificada, visto que o desenvolvimento industrial era ainda incipiente naquele período:

Por outro lado, o atendimento à demanda da economia por mão-de-obra qualificada só vai surgir na década de 40, quando justamente a Lei Orgânica do Ensino Industrial cria as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria. Neste sentido, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, resultantes do estímulo do Governo Federal à montagem de um sistema de aprendizagem custeado por empresas para atender suas necessidades de mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) não muda o quadro anterior, permanecendo a dualidade existente no sistema de ensino. Nessa estrutura verificam-se dois ramos de ensino médio diferenciados: um **propedêutico**, representado pelo científico, e outro **profissional**, com os cursos normal (magistério), industrial, comercial e agrícola.

Conforme a explanação de Kuenzer, a lógica do sistema permanece a mesma, na medida em que se mantém a divisão entre **trabalho intelectual e trabalho manual**, ou seja, a educação para a burguesia e a formação profissional para o povo.

Assim, do ponto de vista prático, as modificações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não foram expressivas, tendo em vista que as escolas públicas de segundo grau não conseguiram desenvolver nem funções propedêuticas, nem funções profissionalizantes, caracterizando-se por uma perda progressiva da qualidade.

Mas, segundo a autora, "essa situação caótica, que expressa a indefinição do papel da escola média em relação ao mundo do trabalho, e em decorrência, evidencia a perda do significado social do ensino de segundo grau, passa a ser legitimada, em 1982, pela Lei nº 7.044, que extingue, ao nível formal, a escola única de profissionalização obrigatória, que nunca chegou a existir concretamente". No seu entender, a nova proposta apenas reedita a concepção vigente antes de 1971, e referenda, mais uma vez, o compromisso da escola com a classe dominante, ao descompromissá-la do mundo do trabalho e reconhecê-la como predominantemente propedêutica... " Por isso, como a Lei nº 5.692/71 não foi revogada, nada mudou, continuando a coexistir todas as opções possíveis desde a escola de formação geral, até a de formação profissional em nível técnico.

Da mesma forma, a dualidade estrutural no sistema de ensino continua existindo, na medida em que separa trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais. Neste sentido, a autora mostra que a escola brasileira, antes de resolver a dicotomia educação/trabalho, referenda esta separação, que é uma das condições de sobrevivência das sociedades capitalistas.

Para fundamentar-se, a autora cita Marx, quando diz que: "não é por coincidência que a classe que detém o poder material em dada sociedade é que tem a posse dos meios de produção intelectual"...

Segundo a pesquisadora, os dados estatísticos dos últimos anos referendam esta afirmação de Marx, ou seja, de 100 crianças que ingressam na primeira série de primeiro grau, aproximadamente 20% chegam à oitava série, sendo que apenas 8% atingem a terceira série do segundo grau. Em média, o ensino de segundo grau atende apenas 14% da população na faixa etária de 15 a 19 anos. Os excluídos da educação básica são constituídos na sua maioria de filhos de tra-

balhadores e de marginalizados. A esta maioria não é permitida a aquisição do saber sobre o trabalho na escola.

Portanto, a educação dos trabalhadores constitui-se um imenso espaço vazio que não tem sido assumido efetivamente, nem pelo sistema de ensino, nem pelo sistema nacional de formação de mão-de-obra, conclui a escritora.

No segundo momento, Acácia Kuenzer trata da **Relação entre Educação e Trabalho: Pressupostos Teóricos**, que foi objeto de conferência apresentada no Seminário Latino-Americano, em 1987, Salvador, Bahia.

Em primeiro lugar, a autora ressalta que é preciso desmistificar a falácia existente sobre o processo de produção e distribuição do conhecimento, bem como o entendimento de que o **saber não é produzido na escola**.

Para esclarecer esta questão, Kuenzer enfatiza que "o processo de produção do saber é social e historicamente determinado, que resulta das múltiplas relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva". Por isso, o locus de produção do saber não é a escola, mas o conjunto de relações sociais, que se dá entre os homens. Neste sentido, "a escola é apenas uma parte, e não a mais importante, neste conjunto de relações responsáveis pela produção e distribuição do conhecimento".

Em segundo lugar, Kuenzer explana exaustivamente sobre a questão do **processo de distribuição do conhecimento, que é desigual e a escola contribui para que isto aconteça**.

Assim, o saber socialmente produzido e transformado em **teoria** passa a ter um lugar próprio para se distribuir: **a escola**. Observa-se, entretanto, que este saber é elaborado pela classe dominante, passando a assumir o ponto de vista de uma classe social que o utiliza a seu favor.

A autora esclarece, ainda, que "a classe trabalhadora, por sua vez, mesmo que participe do processo de produção do conhecimento,

através de sua prática cotidiana, fica em desvantagem, a partir do momento em que, historicamente não tem tido acesso aos instrumentos teórico-metodológicos, que lhe permitiriam a sistematização de um saber articulado ao seu projeto hegemônico".

Por outro lado, a força do capital no processo de produção é indiscutível, na medida em que ele se apropria dos resultados, desenvolvendo uma distribuição desigual do saber. Essa articulação se dá no caso brasileiro, basicamente, pela exclusão da grande maioria da população escolar; os que conseguem furar a barreira imposta pela seletividade vão se apropriar da **teoria**, na escola, em seus níveis superiores.

"Se a lógica do capital é a distribuição desigual do saber", afirma Kuenzer, "a escola prestará um serviço à classe trabalhadora, e não ao capital, ao formular propostas pedagógicas que democratizem o saber sobre o trabalho".

No terceiro momento, a autora focaliza a questão da **Educação e Trabalho no Brasil: o processo da construção de idéias e as principais contribuições**. Para elucidar este aspecto **Educação e Trabalho**, Kuenzer faz um amplo estudo sobre a Teoria do Capital Humano, de origem norte-americana; abordagem crítica ao reprodutivismo; produtividade da escola improdutiva, baseada nos princípios de Salm e Frigotto; pedagogia da fábrica: da qualidade técnica à concepção do mundo, evidenciando um estudo de caso da autoria de Kuenzer, que se constituiu sua tese de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, em 1984; unificação escolar e hegemonia: a questão da escola única do trabalho; de camponesa a madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural, onde se verifica que a mulher trabalhadora, atuando na unidade doméstica e na prática produtiva, é quem mais demonstra sensibilidade à exploração capitalista; educação, trabalho e cidadania; relação entre educação e trabalho no ensino técnico, em que se faz referência ao programa de pesquisa do INEP para o ensino técnico, agrícola e industrial; direito do trabalhador à educação não se esgota na escola, em que se constata a contribuição do Prof. Miguel Arroyo para o avanço teórico na área de Educação e Trabalho.

No último momento, Kuenzer estuda e analisa o **Trabalho como Princípio Educativo**, mostrando que é preciso entender como se constrói socialmente o princípio educativo, porque: "— apesar do fracasso da escola, o trabalhador continua procurando-a, para si e para seus filhos; — apesar do capital prescindir da escola para qualificar seus quadros, exige cada vez mais escolaridade como requisito de ingresso no mercado de trabalho; — apesar da simplificação do processo produtivo pelo avanço científico e tecnológico, o trabalhador aponta a aquisição do conteúdo do trabalho como fundamental para a construção de seu projeto hegemônico (Kuenzer, 1985); — apesar da produtividade da escola residir na sua improdutividade, a educação escolar desempenha função mediadora na construção do projeto hegemônico, tanto da burguesia, quanto do proletariado (Frigotto, 1984); — ao mesmo tempo a oferta da escola para os trabalhadores, e reivindicada por eles, faz do projeto hegemônico da burguesia, que no entanto assegura a educação de seus filhos através de outros, negados ao proletariado (Arroyo, 1986)".

Na tentativa de aprofundar estas questões, a autora dividiu esta temática em quatro partes:

- a) a análise das demandas de educação apresentadas pelos trabalhadores, e articulação com o trabalho, a partir de pesquisa realizada em uma empresa automobilística (Kuenzer, 1986);
- b) a análise das demandas de educação em nível de segundo grau por jovens oriundos da classe trabalhadora, matriculados em escolas de periferia da Região Metropolitana de Curitiba (Kuenzer, 1986);
- c) a discussão sobre o trabalho enquanto princípio educativo, a partir do estudo de Gramsci (1968);
- d) a discussão, a partir destas análises, do trabalho enquanto princípio educativo do ensino de segundo grau no Brasil.

No que se refere ao novo princípio educativo e ensino de segundo grau no Brasil, a autora mostra que, através dos princípios de Gramsci, pode-se antever as linhas básicas para uma nova proposta de ensino de segundo grau, comprometida com a classe trabalhadora. Esta proposta pedagógica do novo segundo grau será o trabalho

tomado como princípio educativo. E como decorrência lógica deste novo princípio educativo, teremos que vislumbrar o ensino de segundo grau, da seguinte forma: — na **estrutura**, deverá ser único, não admitindo mais a dualidade estrutural; — no **conteúdo**, será politécnico, enquanto propiciar o resgate da relação entre conhecimento, produção e relações sociais, através da apropriação do saber científico-tecnológico, de forma a preparar para a participação na vida social, política e produtiva, como cidadão trabalhador; - no **método**, será teórico-prático, reunificando saber e processo produtivo, ciência e produção, cultura e técnica, atividade intelectual e atividade manual, bem como, tomando o trabalho, enquanto forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social, como ponto de partida; — a **gestão** será **democrática**, compreendida enquanto síntese superadora do dogmatismo e do espontaneísmo, e isto só será possível mediante a existência de um projeto da sociedade, a partir do qual seja possível derivar um projeto pedagógico para o 2º grau; — as **condições físicas** serão modernas e atualizadas, contando com equipamentos e espaços, tais como bibliotecas, oficinas, laboratórios, que permitam a apropriação do saber científico e tecnológico. É impossível a politecnicidade em escolas de "cuspe e giz"... O trabalho como princípio educativo exige articulação entre ciência e processo produtivo, entre teoria e prática; e esta articulação só será possível em uma escola adequadamente construída e equipada.

No final de seu livro, Kuenzer esclarece que, na verdade, "pouco se tem avançado no enfrentamento do ensino de segundo grau, pois questões de ordem teórica, prática e política têm persistido através do tempo e precisam ser enfrentadas".

Do ponto de vista das **questões teóricas**, Acácia destaca os seguintes aspectos: — a concepção de politecnicidade, que precisa ser construí-

da à luz das especificidades do modelo político e econômico brasileiro no seu atual estágio de desenvolvimento; — o estabelecimento de critérios para a seleção das áreas que se constituem efetivamente politécnicas; — a análise dos processos básicos de trabalho de cada área, com o objetivo de identificar os conceitos, as tecnologias, os códigos e as formas de participação social e política, bem como as condições físicas, profissionais e financeiras necessárias.

Do ponto de vista das **questões práticas**, verifica-se que: — a situação das escolas de segundo grau no Brasil, de modo geral, é de miséria, e não se faz ensino de qualidade nestas condições; — a formação de professores, que tem sido feita segundo o princípio humanista clássico, necessita ser repensada; criar condições para que os especialistas adotem outros conteúdos e novas formas metodológicas, considerando o trabalho como princípio educativo; — a necessidade de se rever a articulação do segundo grau, concebido desta forma, com o primeiro e com o terceiro graus na mesma perspectiva da escola única; — a inexistência, em uma sociedade **pluralista** como a brasileira, de um **projeto de sociedade**, a partir do qual se possa definir o **projeto pedagógico**.

Finalmente, Kuenzer nos deixa um desafio: "até que ponto é possível viabilizar uma proposta de escola única politécnica de segundo grau em uma sociedade perpassada pela divisão social e técnica de trabalho enquanto fundamento da hegemonia do capital sobre o trabalho?"

Samuel Aureliano da Silva
TAE/INEP